



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13528 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GE Cotidianos - éticas, estéticas e políticas

LIBERDADE ACADÊMICA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Denize de Aguiar Xavier Sepulveda - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Amanda André de Mendonça - FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

José Antonio Miranda Sepulveda - UFF - Universidade Federal Fluminense

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ e UERJ

Resumo:

Esse trabalho tem como uma de suas propostas analisar a combinação de forças entre grupos conservadores tradicionais como extremistas religiosos, neofascistas e defensores do livre-mercado, na construção de uma chamada “pauta de costumes” que marcou o cenário político brasileiro nos últimos anos. Esses grupos conservadores se apoderaram do léxico dos direitos humanos subvertendo seus significados e criando vocábulos para travar, o que temos identificado como guerra política e cultural. Para realizar esta pesquisa utilizamos como referencial metodológico a pesquisa nos/dos/com os cotidianos, pois nos ajuda a criar outros modos de pesquisar, nos possibilitando um melhor acesso as tessituras das práticas cotidianas. Dessa forma, foi necessário compreender o cenário brasileiro, assim como foi importante desenvolver uma breve revisão da arena política do país durante as duas últimas décadas. A partir de nossas pesquisas, levantamos pistas que o perfil considerado alvo prioritário da ação destes grupos é justamente o de mulheres, jovens ou em início de carreira, com vínculos trabalhistas mais precários e/ou instáveis, cujas imagens possam ser descoladas da ideia de professora-mãe e associadas à opinião de feminista-esquerdista. Ou seja, estamos diante de uma feminização da perseguição docente.

Palavras-chave: Liberdade Acadêmica, Grupos Conservadores, Perseguição Docente.

Esse trabalho tem como uma de suas propostas analisar a combinação de forças entre grupos conservadores tradicionais como extremistas religiosos, neofascistas e defensores do livre-mercado, na construção de uma chamada “pauta de costumes” que marcou o cenário político brasileiro nos últimos anos. Esses grupos conservadores se apoderaram do léxico dos

direitos humanos subvertendo seus significados e criando vocábulos para travar, o que temos identificado como guerra política e cultural.

Nesse contexto, um dos exemplos de vocábulos criados foi “ideologia de gênero”. A expressão, criada no seio da igreja católica no final da década de 1990 (JUNQUEIRA, 2022) se difundiu por toda América Latina, especialmente, quando apropriadas por religiões neopentecostais. Tais religiões tem crescido em número de fiéis e influência política no continente, especialmente fazendo uso de argumentos como esse. Sem um significado preciso, a ideologia de gênero, no Brasil, foi associada, principalmente, ao que seria uma tentativa de “ensinar” crianças a serem gays e lésbicas ou mesmo que poderiam mudar de sexo se assim quisessem, tudo isso por influência de professores doutrinadores e comunistas. Dessa forma, a “ideologia de gênero” passa a ser apresentada como uma ação indevida do Estado sobre as famílias no sentido de retirar os direitos de pais e mães sobre a educação de seus filhos e filhas. Nos cotidianos das escolas também estariam os “professores-doutrinadores” – todos de esquerda – interessados na sexualização precoce das crianças e jovens.

Esse cenário também contou com inúmeros casos envolvendo perseguição à educadoras e educadores no Brasil, e como consequência disso, algumas histórias dessas personagens assumiram grandes proporções envolvendo processos judiciais, aulas registradas e expostas nas mídias sociais, educadores demitidos, materiais didáticos censurados etc. Com isso, a ideia de docentes como o “inimigo” e a difusão de tais teses se acentuou em diversas frentes ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é o de analisar os entrelaces que consolidaram essa imagem da professora e do professor como inimigo. Mas, interessa-nos particularmente compreender o direcionamento da construção dessa imagem em relação as professoras e pesquisadoras, pois acreditamos que é preciso olhar para este fenômeno, da perseguição a docentes e liberdade acadêmica, a partir de um recorte de gênero.

Para realizar esta pesquisa utilizamos como referencial metodológico a pesquisa nos/dos/com os cotidianos, pois nos ajuda a criar outros modos de pesquisar, nos possibilitando um melhor acesso as tessituras das práticas cotidianos. Dessa forma, para dar continuidade a esta pesquisa por nós tecida, foi necessário compreender o cenário brasileiro, assim como foi importante desenvolver uma breve revisão da arena política do país durante as duas últimas décadas. Este resgate, em nossa opinião, foi central para o estudo realizado e para a compreensão do que vem sendo enfrentado pelas professoras e professores hoje nos/dos/com os cotidianos das escolas.

Com a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, a relação com os debates em torno da produção de políticas públicas e a incorporação das questões de gêneros, sexualidades e orientação sexual avançou. Grande parte da produção acadêmica que trata do tema no século XXI afirma que foi durante o governo Lula que a agenda começou a ser reconhecida, especialmente, a partir da negociação e da representatividade no governo de

vários atores políticos, como membros não só dos programas e projetos, mas da própria organização administrativa (CARREIRA, et al, 2016).

Sobre educação e gênero especificamente, houve uma "ocupação" das esferas de debate e formulação de políticas. O Executivo Federal assumiu o papel de promover ações nessa direção e gerenciou, até 2010, as críticas e crises com setores conservadores e fundamentalistas ligados ao próprio governo. Como resultado, destes esforços, foram tecidos muitos projetos e programas relacionados as temáticas de gênero/sexualidade nas/das/com a educação escolar, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 1 – Projetos de Lei com a temática de gênero e educação (2003-2019)

PL	Teor	Autor(a)	Situação
2629/2007	Institui medidas de promoção da equidade de gênero.	Lídice da Mata - PSB/BA	Arquivado em 2011
2431/2007	Dispõe sobre a inclusão, nos currículos escolares, de conteúdos e práticas que contribuam para o combate da violência contra a mulher.	Maria do Rosário - PT/RS	Arquivado em 2011.
8035/2010	Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Item 3.9 (versão no PL). Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero.	Poder Executivo	Transformado na Lei Ordinária 13/05/2014 Este item foi suprimido na legislação aprovada.
2138/2015	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para punir a discriminação ou preconceito quanto à identidade de gênero ou orientação sexual.	Erika Kokay - PT/DF	Tramitando em comissões (2019)
962/2015	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir, nos currículos do ensino fundamental e médio, a obrigatoriedade da temática “História das Mulheres.	Conceição Sampaio - PP/AM	Apensado ao PL-3993/2008 e 7243/2017 Tramitando
6397/2016	Dia Nacional de Defesa da Liberdade na Educação.	Pedro Uczai - PT/SC	Tramitando
6005/2016	Institui o programa Escola livre em todo o território nacional.	Jean Wyllys - PSOL/RJ	Desarquivado em 2019

502/2019	Institui o programa Escola Sem Mordaca em todo o território nacional.	Luiza Erundina - PSOL/SP, Fernanda Melchionna - PSOL/RS e outros	Apensado ao PL 6005/2016 Tramitando (2019)
1447/2019	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir a distribuição de material educativo em toda a rede pública de ensino.	Rose Modesto - PSDB/MS	Apensado ao PL-852/2019. Tramitando (2019).
852/2019	Institui a Campanha Nacional Maria da Penha nas Escolas e dá outras providências.	Sâmia Bomfim - PSOL/SP	Apensado ao PL-598/2019 Tramitando (2019)
3741/2019	Cria o Programa Escola sem Discriminação de educação para o combate à violência contra LGBTs.	David Miranda - PSOL/RJ, Sâmia Bomfim - PSOL/SP,	Apensado ao PL-7180/2014 Tramitando (2019)
3573/2019	Institui a Campanha Nacional pela Equidade de Gênero e Combate à Violência Doméstica e contra a Mulher.	Fábio Henrique - PDT/SE	Apensado ao PL-852/2019 Tramitando (2019)
3574/2019	Altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir determinação aos sistemas de ensino de promoção a ações de divulgação de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha.	Fábio Henrique - PDT/SE	Apensado ao PL-1447/2019 Tramitando (2019)

Fonte: construída pelos autores.

A tabela acima nos ajuda a perceber que, na esfera federal, houve um investimento, através de programas e iniciativas governamentais para a inserção da discussão e o reconhecimento da importância dos debates sobre as temáticas de gêneros e sexualidades nos/dos/com os cotidianos das escolas. Consideramos importante ressaltar que este investimento federal foi o resultado de um acúmulo histórico da luta de muitos movimentos sociais e de muita pressão de várias professoras e professores. Não foi um processo sem contradições ou limites dentro do próprio governo.

Mas este cenário mudou imediatamente como o golpe sofrido por Dilma Rousseff em 2016. Como mostra a tabela, muitos programas, por diferentes razões, não existem mais. Eles foram extintos por falta de recursos e investimentos, fechamento dos órgãos criados para cuidar destas questões (como o secretariado das mulheres) e por deliberação presidencial do governo Bolsonaro, a partir de 2019.

Passamos de uma estrutura onde procuramos identificar os projetos que tratavam de iniciativas sobre os gêneros nas políticas educacionais para um quadro antagônico a partir de 2015, momento em que surgiram uma série de PLs que visavam proibir esta discussão. Como

também pode ser visualizado na próxima tabela:

Tabela 2 – Projetos de Lei contra a temática de gênero e educação (2003-2019)

PDC 214/2015	Susta a Portaria nº 916, de 9 de setembro de 2015, do Ministério da Educação, que Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no Ministério da Educação.	Pastor Eurico - PSB/PE, Alan Rick - PRB/AC, Alberto Fraga - DEM/DF e outros.	Desarquivado em 2019
2731/2015	Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação.	Eros Biondini - PTB/MG.	Apensado ao PL-3236/2015 Retirado pelo autor em 2015
PDC 48/2015	Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis.	Professor Victório Galli - PSC/MT	Desarquivado em 2019
10577/2018	Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil.	Cabo Daciolo - PATRI/RJ	Desarquivado em 2019
9957/2018	Acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para coibir a doutrinação na escola.	Jhonatan de Jesus - PRB/RR	Desarquivado em 2019
10659/2018	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas.	Delegado Waldir - PSL/GO	Desarquivado em 2019
258/2019	Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos.	Pastor Eurico - PATRI/PE	Apensado ao PL-7180/2014 Tramitando (2019)

1239/2019	Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valoração da IDEOLOGIA DE GÊNERO.	Pastor Isidório - Avante/BA	Tramitando (2019)
520/2019	Susta a aplicação da Resolução N° 1, de 19 de janeiro de 2018, do Pleno do Conselho Nacional de Educação, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.	Dr Jaziel - PL/CE	Tramitando (2019)
246/2019	Institui o “Programa Escola sem Partido”.	Bia Kicis - PSL/DF, Chris Tonietto - PSL/RJ, Carla Zambelli - PSL/SP e outros	Tramitando (2019)

Fonte: construída pelos autores.

A tabela número 2 mostra que desde 2015 houve um investimento por parte do legislativo na apresentação de projetos que pretendiam frear qualquer discussão sobre gêneros e orientação sexual nas escolas. De acordo com a perspectiva adotada por autores como Flávia Biroli (2018), é necessário entender esta reação aos gêneros como uma parte importante e estratégica da contínua *desdemocratização*. Ela estabelece, portanto, uma conexão entre a dimensão moral e econômica, no qual a primeira se mobiliza através do medo e da insegurança, fortalecendo o apoio popular às mudanças antidemocráticas em outros campos. Os alvos das reações conservadoras estão se materializando em ataques a professores reais, que estão atuando nos/dos/com os cotidianos das escolas. De pronto, é importante dizer que não existem ainda dados oficiais que dimensionem as perseguições sofridas por estes profissionais no Brasil.

Entretanto, a partir de nossas pesquisas, levantamos pistas que o perfil considerado alvo prioritário da ação destes grupos é justamente o de mulheres, jovens ou em início de carreira, com vínculos trabalhistas mais precários e/ou instáveis, cujas imagens possam ser descoladas da ideia de professora-mãe e associadas ao juízo de feminista-esquerdista. Não afirmamos que os ataques se deem exclusivamente contra este perfil, mas nossas observações e levantamentos pontuais nos dão pistas que os casos mais emblemáticos têm apontado para

esta direção. Ou seja, estamos diante de uma feminização da perseguição docente.

REFERÊNCIAS

BIROLI, F. (2018). **Reação conservadora, democracia e conhecimento**. Magazine of Anthropology, 61(1), 83-94.

CUNHA, L. A. **O projeto reacionário de educação**. Disponível em: http://www.luizantoniocu-nha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf. Acesso em: 19 /03/2023

CARREIRA, D. **Gênero e educação: fortalecimento de uma agenda para políticas educacionais**. São Paulo:Ação Educativa, Fundação Carlos Chagas, 2016.

JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da “ideologia de Gênero”**. Um projeto reacionário de poder –. Letras Livres, 2022.